

O imaginário do Projeto Manuelzão

Apolo Heringer Lisboa¹





Histórico

Manuelzão se entusiasmou com a idéia de emprestar seu nome a um projeto ambiental. E o fez por amor à natureza, por gostar de participar de reuniões, fazer amigos, contar histórias e de viajar. Participou de muitas reuniões do Projeto Manuelzão, orgulhoso como membro e patrono. Foi sua segunda festa de amor, do sertão da Samarra, perto da barra do Rio de Janeiro, pequeno afluente do Rio das Velhas, ao campus da Universidade Federal de Minas Gerais, que o reconheceu patrono. Vivera no sertão mineiro, conhecendo o cerrado antes dos cortes para a produção do carvão das usinas siderúrgicas e do desmatamento generalizado para o plantio de eucaliptais, soja e outras monoculturas extensivas. Abominava esse tipo de progresso sem conservação, que aniquila as veredas, a fauna dos Gerais, desfigurando suas características naturais e o modo de vida sertanejo. A linguagem de outro sertanejo, João Guimarães Rosa, é toda impregnada da relação homem natureza e o contador de histórias Manuelzão materializava essa situação e linguagem. Conheceu veredas no grande sertão e a força das águas do São Francisco com seus peixes, e não aceitava a destruição desses ecossistemas. Na bacia do Rio das Velhas viveu em Buenópolis, Corinto, Cordisburgo, mas transitou muito mais, e atribuía à capital de Minas a razão de tanta poluição das águas do mais importante afluente do São Francisco. Percebeu que seu nome seria uma bandeira de uma causa boa e estava feliz quando a morte o levou dia 5 de maio de 1997, com quase 93 anos, pois no dia 6 de julho de 1904 foi quando nasceu no distrito de Saúde, hoje Dom Silvério, Zona da Mata mineira. Único vaqueiro velado no salão de reuniões da Congregação da Faculdade de Medicina da UFMG, instituição que conferiu a Guimarães Rosa o diploma de médico, seu nome para sempre estará associado à revitalização da bacia do Rio das Velhas e do São Francisco. O Projeto Manuelzão contribuiu para preservar seu acervo, transferindo-o para a Biblioteca Central da UFMG que o guardou até a transferência para o Memorial Manuelzão, em Andrequicé, no município de Três Marias. Hoje, o Projeto Manuelzão e o Memorial estão integrados e trabalhando juntos, numa área geográfica que vai de Ouro Preto a Três Marias e Ibiaí, no Rio São Francisco, abaixo de Pirapora e da Barra do Guaicuí, incluindo toda a bacia do Velhas e a região de sua inserção no São Francisco. A partir do ano de 2005, será realizado anualmente o “FestiVelhas”, que incorpora o sertão próximo ao Velhas e ao São Francisco e a literatura de Guimarães Rosa. Literatura, música, teatro, folclore e artesanato estarão congregando pessoas de dezenas de municípios, fortalecendo a identidade cultural de pertencimento à região dessas águas. É nossa contribuição à transformação da mentalidade cultural nessa parte da bacia do São Francisco. Com o FestiVelhas a agenda cultural e artística soma-se à agenda ambiental do nosso Projeto.

Foto de Manoel Nardi, o Manuelzão, com 91 anos.

Arquivo Projeto Manuelzão.

Páginas seguintes:
foto histórica de Manuelzão em frente à Faculdade de Medicina da UFMG, em 7 de janeiro de 1997.

Fotografia: Elieir Faioli.





O primeiro texto do Projeto Manuelzão tinha o nome Projeto Rio das Velhas e está preservado em nosso acervo. Datado de novembro de 1990 e divulgado em algumas dezenas de cópias, precedeu em alguns anos a concretização da sua existência. Em 1996, ele foi revisto como Apresentação do Projeto Manuelzão e dizia o seguinte: “Do ponto de vista técnico, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, com seus rejeitos industriais e esgotos domésticos, constitui-se na grande fonte de agressões ao Rio das Velhas. A proposta que trazemos é de mobilização da população e lideranças políticas e empresariais, para tornar a questão da revitalização do Rio das Velhas um fato de primeira grandeza no Estado. Este objetivo enquadra-se na concepção mais ampla de meio ambiente e desenvolvimento econômico sustentável com vida saudável. Enumeramos oito pontos importantes na recuperação econômica dos municípios da bacia do Velhas, que viriam através da revitalização: 1) combate à fome, pela restituição da fonte de proteínas com o retorno à produção natural de peixes; 2) pequenas atividades comerciais relacionadas com a pesca, envolvendo a população ribeirinha; 3) fonte abundante de água para consumo humano; 4) fonte para dessedentar animais silvestres e da produção animal; 5) fonte de água para irrigação agrícola; 6) espaço de lazer para as populações destes municípios; 7) hidrovia, pelo menos para o comércio e transporte de pessoas nas pequenas e médias distâncias; 8) turismo. Tudo isto incide na determinação da saúde e desenvolvimento desta região. Hoje, praticamente em toda extensão da bacia, o Rio não é capaz de atender a nenhum destes quesitos. Prevalece a lógica da morte.”

De novo, em mais um evento histórico, Manuel Nardi, o Manuelzão, estava ali presente, ao lado de estudantes e professores. Foi no dia 7 de janeiro de 1997, em frente ao prédio da Faculdade de Medicina da UFMG, fato registrado fotograficamente. Assim, foi dado início à mobilização da sociedade, adotando o nome atual. Precedeu a Lei federal 9.433/97, que definiu a gestão das águas no Brasil pelos comitês de bacias hidrográficas, sancionada um dia depois.

As experiências geram crises existenciais, dúvidas sobre os conhecimentos herdados e rupturas com compromissos assumidos. Nestas condições surge o desejo e o imaginário da transformação. Foi assim que surgiu a proposta de construção do Projeto Manuelzão. É importante ressaltar que na origem do projeto já existia a experiência política e o conhecimento aprofundado da situação de vida do povo. Não é um projeto meramente acadêmico, mas uma tentativa de colocar a academia a serviço da transformação social e de cada um de nós. Seus fundadores são professores do Internato em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da UFMG (Internato Rural), calejados no trabalho de campo e de articulação entre prefeituras, envolvendo a secretaria de Estado da Saúde, levando assistência médica, mobilização social e conceitos de prevenção às comunidades rurais e aos menores municípios de Minas Gerais, desde janeiro de 1978.

Em 1997, no momento de sua implantação, questões práticas e conceituais se recolocaram no caminho do Projeto Manuelzão. Era necessário fazer opções gerenciais, financeiras e políticas, e partir para estabelecer contato com o território definido. Surgiram os convênios entre prefeituras e a UFMG, permitindo o envio de estagiários do último ano médico para residirem em toda a bacia do Velhas, supervisionados pelos fundadores do Manuelzão. Conseguimos recurso federal para editar o jornal Manuelzão e adquirir um veículo. Enfim, foi tomando forma o que estava no papel e em nossas cabeças. Situação delicada, pois qualquer descuido poderia sepultar a proposta nascente, que enfrentava resistências diversas.

Marco conceitual e prático

A definição de um território coerente com a natureza da nossa proposta onde pudéssemos desenvolver nova práxis foi um passo fundamental. Tendo em vista a percepção da importância do saneamento como determinante positivo de saúde, com grande impacto no atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), intuímos que uma ação inicial neste sentido teria grande repercussão para a saúde da população, e nos introduziria no campo da saúde coletiva, com a possibilidade de obter resultados palpáveis. Esta temática levou a descobrir a importância da água, evidenciada em cada discussão sobre lixo, esgotos e doenças infecto-contagiosas. Havia um território demarcado pelas águas, a bacia hidrográfica, unindo a população de uma região e não sendo reconhecido pela divisão política administrativa do país. Afirmamos este território como base de planejamento e operacionalização, caindo fora do municipalismo e do medicinismo na estratégia por saúde coletiva. Em 1998, agradecendo uma homenagem do Serviço de Limpeza Urbana, responsável pela gestão dos resíduos sólidos de Belo Horizonte, nos referimos aos lixeiros e aos demais funcionários do saneamento como trabalhadores da saúde e aos funcionários de hospitais como trabalhadores com doentes. Num outro aspecto, apesar de afirmarmos o território de bacia hidrográfica, a inércia trabalhava para manter o território municipal como a grande referência, e nossos primeiros comitês Manuelzão tiveram caráter municipal. Isto os inviabilizava no cipoal das intrigas eleitorais do poder local. Os comitês Manuelzão são uma instância de poder em afirmação, e tem como base a mobilização social em todos os afluentes e sub-afluentes do Rio das Velhas. Participam dele, em caráter paritário, para a gestão descentralizada e democrática das águas no território da bacia hidrográfica, três segmentos distintos: empresários usuários de água, associações civis com interesse nesta gestão e órgãos de governo. Nossos comitês só se desenvolveram plenamente quando assumiram totalmente, e em todas as conseqüências, o território de bacia, e não de bairro, escola, distrito ou município. Como se sabe, os municípios originaram-se do

sistema das capitanias hereditárias, por obra e graça do rei de Portugal. Do seu desmembramento em sesmarias e grandes fazendas, processo sem preocupação com a racionalidade ambiental, surgiu mais tarde a divisão político-administrativa do país, em função do domínio dos grandes proprietários rurais e dos processos eleitorais montados em função desses interesses. O trabalho de gestão das águas tem racionalidade, planejamento e objetivos de outra natureza. Uma das principais razões da gestão do território pelos três segmentos, na estrutura dos comitês, é que as águas dependem da mentalidade que dirige o processo de uso e ocupação do solo, e da necessidade de negociações entre os diversos atores sobre os limites sociais de seus interesses e atividades, com base no respeito à legitimidade de todos.

Nossos conceitos foram abrindo caminho nos embates diários, nas palestras e nas mídias. Saúde, meio ambiente e cidadania foram se afirmando como nosso lema. Desde o início, percebemos que uma dimensão política maior impregnava nossa proposta, sendo nossa concepção de saúde coletiva apenas parte dessa dimensão, a mais diretamente vinculada ao nosso trabalho profissional, que nos exigia respostas imediatas.

Com a definição do território e do eixo temático, percebemos a necessidade de definir os indicadores de avaliação da evolução da nossa proposta. A água trouxe mais este presente: o peixe seria o principal indicador da qualidade das águas e do meio ambiente no território da bacia do Rio das Velhas, permitindo avaliar os resultados obtidos em nosso trabalho. Nesta concepção, a biota das águas de uma bacia, simbolizada pelo peixe, refletiria a qualidade do uso e ocupação do solo e a situação dos ecossistemas do conjunto desse território drenado e irrigado por chuvas e rios. A água foi se afirmando como “sangue da Terra” e como eixo metodológico de monitoramento, mobilização e avaliação do nosso trabalho, trazendo o indicador de saúde mais geral: o peixe. Peixe este representando a biodiversidade histórica dos ecossistemas regionais da bacia, qualidade de vida e de meio ambiente.

Nas atuais condições históricas da bacia hidrográfica do Rio das Velhas, a qualidade ambiental das atividades agro-silvo-pastoris, industriais, de expansão urbana e das minerações refletida nas águas e avaliada na qualidade de sua fauna ictiológica e bentônica, mostraria também a mentalidade cultural dessa sociedade. Esta hipótese foi fundamental para o direcionamento de nossas atividades e construção do Projeto Manuelzão. Construímos assim um sistema de referência e de avaliação da qualidade de vida da população e da mentalidade cultural do território, com indicadores compatíveis com nova conceituação política e ambiental de saúde coletiva e qualidade de vida, integrando o mundo social, geológico, flora e

fauna. Levamos às últimas consequências nossa vinculação ao pensamento sistêmico e transdisciplinar, criticando com esta práxis modelos acadêmicos centrados em disciplinas e departamentos onde prevalecem estímulos ideológicos e critérios burocráticos de carreira incompatíveis com uma saudável relação com a sociedade e o desenvolvimento científico independente.

A região da bacia hidrográfica do Rio das Velhas saltou aos nossos olhos pela simples consulta ao mapa. Ela vai de Ouro Preto até Barra do Guacuí, no Rio São Francisco e inclui todo o município de Belo Horizonte, onde se situa a sede da UFMG. Permite incorporar a maior parte da região metropolitana às regiões mais distantes do interior, integrando ecossistemas regionais e realidades sociais, como Mata Atlântica e Cerrado, áreas industrializadas e o sertão. Tornaria possível uma participação maior da UFMG em diversos projetos integrados de pesquisa, extensão e ensino, com foco numa região e se comprometendo com resultados e a participação da sociedade, a custo reduzido para a UFMG. O Projeto Manuelzão se esforça para atrair a participação de professores e alunos de todas as unidades, departamentos e disciplinas em torno de um objetivo comum articulando a sociedade e a academia.

A opção de ter como objeto uma bacia hidrográfica reside no fato de que ela representa uma unidade de diagnóstico, de planejamento, de organização, de ação e de avaliação de resultados. A bacia permite integrar natureza e história, meio ambiente e relações sociais, possibilitando que um complexo sistema social seja referenciado na biodiversidade dos corpos d'água da bacia.

O objetivo operacional pontual comum do Projeto Manuelzão está na volta dos peixes às águas da bacia do Velhas. Ele é fundamental por ser simples, complexo, mobilizador, científico e popular ao mesmo tempo; correlaciona e permite equacionar todo o complexo sistema natural e social de uma bacia hidrográfica. É uma alavanca fundamental da estratégia de ação e da afirmação do pensamento sistêmico. Permite, exige e assegura a possibilidade de êxito de uma ação transdisciplinar, transetorial e interinstitucional num espaço definido. Foi fundamental coroar a escolha do território e do eixo temático com a definição clara do objetivo operacional pontual comum. Comprovamos o acerto desta escolha por meio de diversas pesquisas da ictiofauna da bacia do Velhas, que mostram a sobrevivência de mais de 100 espécies de peixes e apontam o impacto negativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre o Rio das Velhas como o principal responsável pela atual situação.

Mas o grande objetivo conceitual geral do Projeto Manuelzão é a transformação da mentalidade cultural da nossa sociedade, de alcance muito mais abrangente. Há aqui uma manifesta e inextricá-

vel conexão entre história natural e história da sociedade humana, entre ação local e pensamento global. A crise ambiental, que se tornou uma realidade globalmente percebida e começou a mobilizar setores sociais importantes do mundo ocidental mais rico, no último quartel do século XX, colocou em discussão conceitos como desenvolvimento sustentável, pobreza, aquecimento global, qualidade e quantidade da água doce disponível, qualidade do ar e dos alimentos. O planeta Terra começou a ser percebido como frágil diante da sistemática ação humana sem sustentabilidade social, econômica e ambiental, numa escala cada vez mais intensa, por força do aumento do consumo, da população e do crescente poderio tecnológico. E as águas foram se destacando como elemento natural mais sensível, revelador da crise ambiental e eixo de integração do conjunto de fenômenos produzidos pela relação homem natureza. A água assume papel metodológico e transcendente no parto de uma nova mentalidade cultural, eixo de um movimento político por uma ordem social e econômica mundial democrática e sustentável. Assumimos nosso caráter plenamente político e universal, optando por reivindicar os direitos políticos da sociedade prejudicados por estruturas burocráticas. O fim do monopólio partidário das eleições e da governança está se constituindo numa destas reivindicações.

A água, como eixo de mobilização, como referência universal de avaliação ambiental, instrumento de monitoramento e de solução da crise ambiental integrando sistemas e pessoas, está contribuindo para o renascimento do pensamento sistêmico na interpretação dos fenômenos, na gestão ambiental das águas e no planejamento econômico. Trata-se de papel metodológico e filosófico. Porém mais importante ainda foi perceber a possibilidade de avaliar a mentalidade cultural da sociedade que vive nessa bacia a partir do monitoramento biológico das águas. Isto significa a possibilidade de integrar conceitos próprios da história natural e conceitos próprios da história social num mesmo modelo interpretativo. Conforme Einstein: “Quanto maior for a simplicidade das suas premissas, maior será a teoria. Quanto maior for o número de tipos de coisas diferentes que relatar, mais extensa será a sua área de aplicação”. A teoria do Projeto Manuelzão se desenvolveu neste sentido.

Em 1997, o professor do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, Francisco César de Sá Barreto, nos deu importante declaração de apoio. Ele foi reitor da UFMG no período 1998/2002; foi presidente da Sociedade Brasileira de Física e é membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Recentemente, solicitamos que nos enviasse uma avaliação do Projeto Manuelzão, rememorando sua declaração e dele recebemos o seguinte texto: “O raio emitido durante uma tempestade, o contorno da costa brasileira, a folha de samambaia renda-portuguesa, terremotos na Califórnia, o batimento de um coração saudável, o movimento financeiro das ações na bolsa de va-

lores, são acontecimentos ou fenômenos que possuem características comuns. São sistemas complexos, caóticos, que apresentam propriedades de auto-similaridade e auto-organização e possuem dimensões geométricas fractais. Fenômenos dessa natureza podem ser construídos ou simulados a partir de regras muito simples e, em geral, possuem uma variável de controle, a mais relevante, que é responsável pelo seu comportamento. A projeção das demais variáveis nesta variável controle permite o acompanhamento da evolução do sistema complexo. A volta do peixe ao rio, mote do Projeto Manuelzão, é a expressão-síntese que representa um sistema complexo, a bacia hidrográfica do Rio das Velhas, um sistema integrado e diversificado, cuja variável relevante é o peixe. Se o peixe volta ao rio, tudo mais acontece, acompanhando simultaneamente, ou quase, esse retorno, da mesma forma que muitos fenômenos aconteceram antes fazendo o peixe desaparecer. Toda a região se organiza nos mais diferentes aspectos: sociais, administrativos, políticos, econômicos, ecológicos, educacionais, nas suas tradições folclóricas, etc. É um sistema integrado, apesar de diversificado; um sistema complexo funcionando na sua criticalidade; um sistema cujo comportamento global é definido a partir do peixe de volta ao rio. O Projeto Manuelzão é um exemplo de sucesso a ser seguido, um exemplo de complexidade tão comum na natureza.”

O texto do professor Francisco César sobre a proposta do Projeto Manuelzão converge com Einstein: “O físico teórico necessita primeiramente de captar da natureza princípios gerais a partir dos quais vai deduzir. A seguir, e só a seguir, têm importância para ele os fatos particulares da experiência. Não há método definido para buscar os princípios, eles são detectados através dos grandes conjuntos de fatos experimentais e aí explicitados”.

Reflexões sobre o processo de criação do Projeto Manuelzão

Começamos a dizer na Faculdade de Medicina: saúde não é uma questão basicamente médica; é basicamente qualidade de vida. A ideologia da indústria da doença é hegemônica no curso médico e em toda a sociedade; confunde-se saúde com assistência médica; a indústria da doença fatura com este tipo de SUS e se vende como promotora de saúde ao lado dos planos de seguro médico. A volta do peixe ao Rio das Velhas é o indicador de saúde mais importante neste território no momento. O SUS real representa a assistência médica no quadro do *apartheid* social e mostra os limites da saúde pública brasileira; o SUS constitucional é a utopia da saúde coletiva que não se concretiza por razões de ordem social e política. Na produção animal e na veterinária, saúde animal é que dá lucro, pois significa conquistar mercados de carne, ovos, leite e pele, enquanto na sociedade humana a promoção de saúde não tem viabilidade políti-

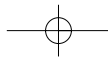
ca e de mercado no sistema internacional. Saúde está associada com qualidade de vida, e qualidade de vida é incompatível com o modelo de desenvolvimento econômico-social sugerido ao Brasil pelos organismos internacionais.

Estas declarações causaram estranhamento sobretudo por estarem acompanhadas de uma crítica à forma de funcionamento do SUS, cujo limite prático coincide com as limitações conceituais e políticas da Saúde Pública brasileira. Cresceu o estranhamento quando afirmamos que, nas condições históricas do Rio das Velhas, os peixes, simbolizando sua biota, poderiam ser considerados importantes indicadores ambientais e de saúde coletiva nessa bacia hidrográfica.

No ensino médico, a água é abordada ora como substância química, ora como produto distribuído por empresas de saneamento, ora como diluente dos sais que compõem o meio interno dos seres vivos. Escapando do aprisionamento imposto pelo pensamento disciplinar ou setorial, fizemos a descoberta de outras dimensões que a água poderia assumir, a partir de suas características naturais. Isto foi fundamental para equacionarmos a nossa problemática conceitual visando a um projeto de transformação social, assumindo a água papel de referencial metodológico e eixo de mobilização e de monitoramento. A água em nossa leitura passou também a refletir a nossa mentalidade cultural; elemento sensível, ela está assumindo papel transcendental na superação da crise ambiental e na transformação cultural ensejada por este processo. Em nossa cultura, a água dos rios foi convertida em lixeira e esgoto, ironicamente como solução “sanitária”. A água está refletindo o desajuste da nossa cultura e das relações sociais que construímos.

Também o lixo não faz parte do cardápio do ensino médico no Brasil, mesmo em disciplinas tão afins como bioquímica, parasitologia, saúde coletiva, medicina preventiva, clínica geral de adultos e de crianças. Estranho, mas compreensível. O fundamento da universidade está nas disciplinas, nos departamentos, no ensino compartilhado. Certas conexões importantes ficam esquecidas, ou sem efeito prático, diante da ausência de enunciados conceituais claros do objeto e do objetivo da formação médica, ou mesmo das limitações destes enunciados. Estamos procurando preencher esta lacuna e isto é uma das nossas contribuições.

Saneamento é visto como coisa de engenheiro ou de lixeiro, embora estes não se considerem trabalhadores da saúde. Já os médicos, que são considerados profissionais da saúde, pois no âmbito do ministério da Saúde, trabalham as doenças, como setor assistencial. Tal quadro é a explicitação institucional da nossa mentalidade fragmentada. Saúde tem caráter sistêmico, seria função de todo um Governo da Saúde, do seu planejamento econômico, junto com a

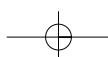


sociedade; não se enquadra num setor, seja ministerial, empresarial ou técnico. Nos seguros de assistência médica, o termo plano de saúde é propaganda enganosa.

A criação do Projeto Manuelzão nos autoriza a fazer algumas reflexões em teoria do conhecimento, quando se trata de romper com uma visão anterior e fazer autocrítica. Ele nasceu da necessidade de equacionar os elementos de uma crise prática e conceitual que nos tornava insatisfeitos com os parâmetros da nossa rotina intelectual, política e profissional, de cidadãos e professores de Medicina, e do desejo de criar algo novo no campo do conhecimento. Para romper com a velha prática, passamos por um período com dúvidas e incompreensões, embora a alegria da descoberta nos trouxesse grande disposição para transpor barreiras. Este processo de mudança de referenciais nos faz hoje pensar sobre os mecanismos de funcionamento do nosso cérebro e das características da nossa prática social, que nos prendem a coisas passadas. É muito difícil romper com nossas próprias idéias antigas, ficando a busca da verdade subordinada a esquemas ultrapassados de pensamento e ação.

Aprendemos que é necessário agir periodicamente “descarregando” do nosso cérebro o excedente de conhecimento que nele está armazenado e que torna lento e dependente seu funcionamento. O essencial não o abandona, é importante ressaltar, mas o “descarregar” permite dar asas à imaginação, tornando possível novas descobertas, a abertura de campos ainda obscuros e nossa própria contribuição ao conhecimento novo. Vimos que há também outros jugos metodológicos a sacudir, pois o conhecimento nasce do interesse em resolver problemas inerentes às atividades humanas, e estas questões estão socialmente determinadas ou condicionadas. Daí a relevância dos cuidados metodológicos e do desenvolvimento da consciência autocrítica dos nossos condicionamentos históricos e culturais. Significa a necessidade de adquirir consciência sobre o processo de formação da nossa própria consciência, contextualizando-a.

Com a criação da memória artificial e do tratamento de dados a partir dos programas de computadores, expandimos as possibilidades do nosso cérebro em direção ao infinito, no armazenamento e rápido tratamento de dados. Não precisamos nem podemos ficar competindo com o computador, ocupando nosso cérebro com funções menos importantes de mero armazém de conhecimentos e de máquina de processar dados. Grandes pensadores como Ticho Brahe, Copérnico, Newton, Einstein foram obrigados a memorizar e a fazer operações e tabelas que hoje um computador está preparado para fazer melhor que eles, e num tempo infinitamente mais curto. Mas que não podem fazer as perguntas que fizeram, tirar as conclusões ou formular os princípios que foram capazes.



Até agora, somente o cérebro humano tem sido capaz de estabelecer, de forma livre e potencialmente ilimitada, hipóteses e conexões imaginárias, intuindo e deduzindo a partir da observação e da experiência. Nosso campo privilegiado é o da livre imaginação e formulação de hipóteses, do acúmulo cultural e da sabedoria. Conforme Albert Einstein declarou em entrevista ao jornal *The Saturday Evening Post*, na edição de 26 de outubro de 1929, a imaginação é superior ao conhecimento. Entre os fatores que nos moveram na fundação do Projeto Manuelzão estava uma exigência ética de declaração política da UFMG sobre a sua realidade particular e a do país. Diante das dificuldades salariais e de verbas as pesquisas e os cursos de extensão voltaram-se para o atendimento disperso de demandas de consultoria, prestação de serviços ou se adequando a editais de pesquisa, num esforço de captação de recursos para a Universidade. Isto em detrimento da excelência do conhecimento e da liberdade de pensamento acadêmico que fosse mais amplamente comprometido com a emancipação social e política do país. Esta situação fragmenta o pensamento, a identidade e o papel da Universidade, desorientando o conteúdo do ensino, da extensão e da pesquisa. Esta situação é agravada pela concepção disciplinar e departamental da Universidade que cria obstáculos metodológicos para a abordagem sistêmica das questões sócio-ambientais. Nós nos propusemos a superar esta tendência, afirmando os princípios da universidade pública gratuita, de excelência e comprometida com o interesse público.

O paradigma antrópico de domínio da natureza ignorou duas questões: que a natureza associa o ser humano ao restante da fauna e flora; e que as atuais relações sociais excluem a maioria dos seres humanos das conquistas sociais e técnico-científicas, cassando suas cidadanias e o direito à saúde. Nestas relações, somente o dinheiro confere cidadania. Este paradigma entrou em confronto agudo com o ambiente e a sociedade, ameaçando a vida da atual e das futuras gerações. As doenças são sinais e sintomas de uma crise paradigmática e o estoque de saúde na sociedade é politicamente promovido.

O governo do Canadá, na década de 1980, interessado em saber onde investir os recursos públicos para a obtenção de melhores níveis de saúde para a população, motivado pelo movimento denominado Promoção da Saúde, elaborou pesquisa para conhecer quais eram os principais determinantes que causariam impacto sobre o perfil das doenças. O resultado demonstrou que o meio ambiente tinha uma relação mediata ou imediata com 60% dos agravos à saúde, a alimentação representava 25% e a assistência médica tinha um impacto de somente 5%.

Desde então, vem crescendo em escala mundial, o conceito de que a saúde decorre muito mais da qualidade de vida que das intervenções médicas, sendo o próprio avanço do saber médico e da Biologia, que avaliza esta conclusão, como a questão da manifestação das possibilidades genéticas.

A crítica ao SUS

Um dos impulsos para criar o Projeto Manuelzão foi a percepção crítica da relação do SUS com a questão da saúde. Sentíamos a necessidade de mudar o SUS para viabilizá-lo como sistema decente. Sua origem tem um viés, pois foi viabilizado não apenas pela força do movimento social, mas pelo proveito que deste fizeram os *lobbies* da “indústria da doença”. Tal indústria é a única do sistema capitalista a ter 100% do mercado garantido por lei do Estado brasileiro ao garantir a assistência universal. Esta hegemonia ideológica da “indústria da doença” está perpetuando um modelo social excludente incompatível com a saúde coletiva. Caso o objetivo fosse realmente saúde, e não a assistência médica, obteríamos melhores resultados com o direito universal à alimentação, à moradia, à escola pública, mesmo em detrimento da assistência médica, cuja propalada universalidade e equidade pelo SUS não passa de delírio de gestores não-usuários do sistema. Isto só foi possível pela natureza ambígua das teorias ou ideologias subjacentes à proposta da Reforma Sanitária, que, na prática, considera saúde como uma “questão médica” com base em princípios como da municipalização da gestão e da universalidade assistencial, como modernização do Estado, mas com conteúdo conservador. A clara contradição entre a declaração da proposta constitucional do SUS (SUS legal) e o sistema erigido na prática na verdade atesta que a ambigüidade da gestão está associada à fraqueza teórica da Reforma Sanitária que em nenhum momento fez a distinção radical e necessária entre saúde pública e saúde coletiva. Isto pode ser conferido no Título Oitavo da Constituição Federal, sobretudo nos artigos 196 e 200, na Lei federal 8080/90 e nas Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Saúde de 1996 (NOB-96), capítulo 3. Fica clara a dissociação entre a excelência da declaração constitucional e o sistema que está sendo erigido. Já se pode falar em interesses corporativos da burocracia do SUS, contrários aos interesses da sociedade. Sua proposta é complemento do sistema financeiro internacional e da divisão internacional do trabalho, que vem há décadas ou séculos estrangulando as economias mais frágeis através de regras injustas de comércio internacional, de políticas tecnológicas e de política financeira.

O SUS trata saúde como objetivo setorial de um ministério ou de uma secretaria, mostrando o caráter limitado da própria racionalização administrativa gerada pela reforma. A ausência do pensamento sistêmico na abordagem deste processo social impede-o de incorporar o caráter amplo da questão saúde. A questão assistencial, esta sim, é setorial. A questão da crise ambiental ainda não foi internalizada pelo SUS, haja vista o que está acontecendo com o Programa de Saúde da Família, reproduzindo a prática do tradicional atendimento no posto médico. O SUS não pode continuar sendo a medicina do

apartheid social brasileiro, nem manter a incoerência de ser gerido por pessoas não-usuárias, que não confiando no sistema que dirigem contratam para suas famílias planos de assistência médica privados. O que não é bom para eles é receitado para a população. O pensamento hegemônico neste setor do poder é o mesmo desde os últimos governos militares até hoje, e sendo a racionalidade de Estado, sobrevive a qualquer governo de “direita” e de “esquerda”. Daí a importância da discussão nos marcos da saúde coletiva, introduzida pela abrangência da questão ambiental e da promoção da saúde. Em vez de ministério da saúde e governo da doença, ministério da assistência e governo da saúde. E que a solidariedade dirija a construção da nossa sociedade em escala mundial.

Meta 2010 — Navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Concretamente, estamos empenhados na Meta 2010, que é um compromisso celebrado entre atores governamentais, da sociedade civil e empresários, e que tem como objetivo navegar, pescar e nadar no Rio das Velhas, em sua passagem pela Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), até o ano de 2010. Para tanto, será necessário enquadrar a qualidade desse trecho do rio na Classe II, padrão do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A intervenção, além da RMBH, inclui a bacia do Rio Cipó, por motivos ligados à recuperação dos ecossistemas aquáticos próximos a Belo Horizonte.

A meta exige que interesses e sonhos dos vários segmentos socioeconômicos da bacia hidrográfica do Rio das Velhas sejam articulados, com a determinação estratégica de, agindo em seu pior trecho, beneficiar todo o rio.

Trata-se de meta ousada, mas tecnicamente viável, que marcará a História de Minas Gerais. Para sua realização, será importante o incentivo à mobilização de toda a comunidade da bacia, o estabelecimento de parcerias público-privadas, o fortalecimento do planejamento estratégico considerando-se, sempre, como espaço geográfico de ação a bacia hidrográfica, que ultrapassa o território dos municípios. A lógica exclusivamente municipalista não permite resolver as questões ambientais da bacia. A Meta 2010 significa salvar o conjunto da bacia do Rio das Velhas, significa não pulverizar recursos públicos e privados.

A Meta 2010, que expressa a crença em novos tempos, é fruto do movimento social, do Projeto Manuelzão, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, do Governo de Minas Gerais, prefeituras, empresários, fazendeiros etc. Este objetivo comum envolve uma série complexa de ações transdisciplinares, transinstitucionais e transetoriais.

Desenho de Júnior
Jorge Ernesto.

Escola Estadual
Dom Cirilo de Paula
Freitas, Raposos.



Bibliografia

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. 776 p.

CALAPRICE, Alice. *Assim falou Einstein*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

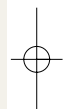
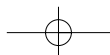
LISBOA, Apolo Heringer. *Projeto Rio das Velhas*. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão; UFMG, 1990. 12 f. Projeto apresentado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Manuscrito.

POLIGNANO, Marcus Vinicius et al. *Saúde e ambiente: Bacia do Rio das Velhas*. Belo Horizonte: Projeto Manuelzão; UFMG, 2003. Manuscrito.

Abstract

The Manuelzão Project's imaginary

The common punctual operational objective of The Manuelzão Project is in the reinstatement of fish into the waters of The Velhas River. Following this path, we ensure better life quality, promote collective health and citizenship in our work region, with a new type of strategic action. The defined operational objective was fundamental because of its simplicity, but, at the same time, because of its complex, mobilizing, scientific and popular facets; correlating and permitting the equation of the whole natural and social system existing in this water basin. It is the main leverage of our strategic action and the affirmation of systemic thought. This objective permits, demands and ensures the possibility of succeeding in an action that involves various disciplines, sectors and institutions in a defined space. Completing the choice of territory and thematic axis with a clear definition of our objective was fundamental. We could confirm that these choices were correctly made through researches that pointed out the negative impact of Belo Horizonte's metropolitan area on The Velhas River as being the biggest responsible for the present situation. But The Manuelzão Project's general conceptual objective is in the transformation of our society's cultural mentality, of a much broader reach. Here we find a manifested and inextricable connection between natural history and the history of human society, between local action and thinking on a global scale. Concretely, we are pledged to the 2010 Goal, which is a commitment celebrated amongst governmental actors, civil society and businessmen. Its main objective is to make it possible to navigate, fish and swim in The Velhas River along its passage through Belo Horizonte's metropolitan region by the year 2010. Within this goal, the preservation of the Cipó River Basin is also contemplated, the affluent which is capable of promoting the revitalization of The Velhas River with its crystal water and rich aquatic ecosystem.



¹ Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenador do Projeto Manuelzão

